

O Grande Perdão

por Alain de Benoist

Legio Victrix - 19 de agosto de 2011

Mirabeau dizia que o esquecimento é sempre melhor do que o perdão. A moral oficial de hoje proclama o contrário: estamos em plena onda de pedidos de perdão. O pretexto, na França, é a condição dos hebreus durante a ocupação alemã. Depois das declarações da Igreja, que implora “*o perdão de Deus e roga ao povo judeu escutar esta palavra de arrependimento*”, foram os policiais quem vieram, de uniforme, comunicar o seu “*eterno pesar*”. Pouco antes do Kippur, o Comitê Internacional da Cruz Vermelha pediu desculpas pelas “falhas” do passado. O presidente do Colégio de Médicos se somou. Espera-se a vez dos próximos arrependidos. O exemplo também chega-nos desde o alto: o historiador Luigi Accatoli contou não menos de noventa e quatro declarações pontificas onde João Paulo II reconhece os erros da Igreja da qual é Pastor. Em vinte e duas dessas declarações se encontra a expressão “*peço perdão*”.

Este saciar-se, admitindo a própria culpa, este pungimento em *mea culpa*, batido preferencialmente sobre o peito dos demais, nos deixa aturdidos. Na tradição católica não se confessa pelos pecados dos outros, e a confissão se faz no segredo de um confessor. Não acontece assim nas seitas puritanas e fundamentalistas de protestantes, cuja influência nos Estados Unidos é muito grande. Desde os “*alcoólicos anônimos*” até os “*promise keepers*” [mantenedores de promessas], é comum tomar publicamente a palavra para acusar-se diante dos demais dos próprios pecados, reais ou alegados. Os próprios políticos – incluindo ao máximo nível – não vacilam em dar-se a confissões públicas similares.

Mas no caso que aludimos se entende que há algo mais. Em primeiro lugar, nesta época de caridade mass-midiática e espetacular, de exibicionismo a 360 graus e de chamadas de dor coletiva, trata-se de um novo modo de encadear a vida política à moral. Não mais ética individual, que criava obrigações no plano interior de cada um, mas hiper-moralismo público, estendendo na medida em que a moral individual se desfaz e dilui perfeitamente na confissão pública. Esta não é mais do que a teatralização do bem, o repúdio dos maus pensamentos e a resposta em cena das boas causas, que reconcilia a consciência limpa e o culto do interesse, o marketing e a generosidade. Esta moral cria um clima novo, um clima de purificação ética, onde o bem e o mal suplantam de pouco em pouco o verdadeiro e o falso, enquanto o dever da memória substitui a memória do dever e retorna a excomunhão ritual.

Até agora, a sociedade se construía sobre a recordação das grandes gestas cumpridas. Hoje, se confessam as culpas passadas, como se se quisesse fazer emergir uma sociedade cujos membros conservam de seus pais somente uma imagem negativa. Como se fosse necessário desconstruir e desvalorizar o passado para sugerir o nascimento iminente de um mundo mais justo.

Obviamente, seria fácil mostrar um inventário de todos aqueles que não se desculpam. “*Não necessitamos esquecer que existiram muitos holocaustos no mundo*” – lembrou-se recentemente João Paulo II –, antes de constatar que “*são sempre os mesmos a se desculparem*”. Por sua vez,

Alain Finkelraut assinala: “*Os crimes do comunismo não foram até agora julgados*”. Enquanto aos intelectuais, tão prestosos em denunciar os pecados da juventude dos demais enquanto – desde há meio século –, ofereceram um enorme apoio a todos os totalitarismos de esquerda, onde o seu silêncio é ensurdecedor. Mas, talvez seja ainda mais interessante constatar que, se bem muitos são os perdões requeridos, nenhum foi concedido.

“*Os pedidos de perdão se recebem, mas não damos resposta. Nós simplesmente somos testemunhas desta atitude*”, declarou tempos atrás ao semanário francês Le Nouvel Observateur, o Grão Rabino René Samuel Sirat. Esta assimetria golpeia. De um lado se bate o peito e se coloca a corda no pescoço. Do outro, se “toma nota”, se registra a “importância histórica” do evento, mas, no fundo, não se esconde que este arrependimento deve ser um início. “*O fato de que os líderes políticos e os bispos reconheçam os erros não basta – diz Sirat –, é necessário que a sociedade civil inteira o faça*”. Acrescenta Jean Delumeau: “*são ainda necessárias mais confissões*”. Enquanto isso, para o historiador Arno Mayer, “*o arrependimento dos bispos teria sido mais convincente se tivessem feito penitência, convidando todos os franceses a jejuar juntamente com eles*”. Entende-se, através destas palavras, que uma vez posto o dedo na engrenagem, não se terminará mais com o imperativo da Techouva, palavra que, por sua vez, significa “*arrependimento*” e “*retorno à Torah*”.

Assediado por Jean Pierre Elkabbach em uma entrevista televisiva na qual aceitou esclarecer seu passado, François Mitterrand ao fim transbordou: “Mas o que você quer a mais? Que me converta?” Sirat relembra a propósito que, na Bíblia, se diz que “o povo hebreu é o povo sacerdotal da humanidade”. Para receber finalmente a absolvição, a humanidade deverá, por tanto, aceitar uma tutela sacerdotal. “*A Igreja deve efetuar um ato de Techouva*”, declarou o Cardeal Carlo Maria Martini, Arcebispo de Milão. Estamos bem distantes da política.